

METÁFORA E DINÂMICA DA LINGUAGEM

METAPHOR AND LANGUAGE DYNAMICS

Noelma Oliveira Barbosa 1

Resumo: Este artigo traz uma discussão acerca dos principais enfoques dados a metáfora: o linguístico (tradicional), o interacionista e o conceitual, e das contribuições de estudiosos que se dedicam à temática. O trabalho, que tem abordagem qualitativa e natureza bibliográfica, busca compreender se há no percurso epistemológico sobre a metáfora indícios que sejam capazes de influenciar a sua concepção enquanto recurso linguístico, ao ponto de gerar formas de interpretação diversas e até dicotômicas acerca de sua utilização como estratégia de construção de sentido. A análise realizada aponta que não há explicações conceituais dicotômicas de base epistemológica sobre a metáfora, que sejam capazes de criar pólos conceituais. Há nas explicações sobre construção e interpretação metafórica a consideração do papéis desempenhados pela linguagem (nominal) e pelo pensamento (cognitivo), que precisam interagir-se, pois é a relação entre ambos que dá conta das inferências de nível sócio-discursivo ao lidar com metáforas.

Palavras-chave: Metáfora. Inferências Metafóricas. Interpretação e Construção de Metáforas.

Abstract: This article brings a discussion about three main focuses given to metaphor: linguistic (traditional), interactionist and conceptual, and also consider contributions of scholars who are dedicated to that theme. This investigation uses a qualitative approach and a bibliographic nature in order to understand if there is evidence in epistemological path about metaphor that is capable of influencing its conception as a linguistic resource, to the point of generating diverse and even dichotomous forms of interpretation about its use as a sense-building strategy. Our analysis indicates that there are no dichotomous conceptual explanations with an epistemological basis for metaphor, capable of creating conceptual poles. In elucidations regarding metaphorical construction and interpretation, roles played by language (nominal) and thought (cognitive) are more considered, as they need to interact, and it is the relationship between them that accounts for socio-discursive inferences to the deal with metaphors.

Keywords: Metaphor. Metaphorical Inferences. Interpretation and Construction of Metaphors.

Introdução

Nas últimas décadas, a discussão epistemológica acerca da construção dos sentidos vem ganhando bastante relevância. Isso tem motivado o desenvolvimento de pesquisas que levem em conta o caráter sócio-histórico e interacional da linguagem. Pesquisadores tanto dos diferentes ramos da Linguística quanto do campo da psicolinguística vêm se ocupando em estudar a construção da significação nos conteúdos escolares e muitas dessas pesquisas voltam-se à compreensão da construção e interpretação de metáforas.

Paralelas a esses estudos, novas exigências são incorporadas às questões de ensino-aprendizagem dos aspectos linguísticos, no sentido de desenvolver no educando habilidades inferenciais contextualizadas, para o processo de interpretação e produção do saber. Essas habilidades são requeridas pela própria dinâmica social, pelos processos de conhecimentos inerentes a ela e pelos diferentes exames de certificação e classificação estudantil. É o momento em que as orientações didático-metodológicas, sobretudo no que tange aos pilares básicos da educação: a leitura e a escrita, devem refletir os resultados propiciados pelas pesquisas empreendidas.

Entretanto, no que se refere ao estudo e uso da metáfora enquanto recurso linguístico estratégico de construção de sentidos, ainda que há certa dificuldade em compreendê-la como recurso cognitivo de viés discursivo interpretativo. Essa perspectiva costuma dividir espaço com abordagens meramente linguística, o que, em muitas das vezes, vê-se a predominância desta, com consideração apenas dos aspectos morfológicos e/ou literários da construção metafórica.

Frente a isso, surge o seguinte questionamento: há alguma explicação conceitual dicotômica de base epistemológica sobre a metáfora, que seja capaz de gerar dificuldades ao se fazer inferências de nível sócio-discursivo, equiparadas ao que as esferas de comunicação oferecem, usando metáforas? Nesse sentido, objetiva-se, com este trabalho, compreender como as mudanças epistemológicas acerca da metáfora têm influenciado a sua concepção enquanto recurso linguístico, capaz de gerar formas de interpretação diversas e até dicotômicas.

Assim, O corpo deste artigo, que é parte de uma dissertação de mestrado desenvolvida na Universidade Federal do Tocantins – UFT, em 2017, traz um panorama conceitual e analítico sobre a metáfora. Esse percurso inclui a metáfora linguística de Aristóteles, que prevaleceu até início do séc. XX, passando pela teoria interacionista, até a teoria conceitual, no final do último século. Considera também as reflexões de estudiosos que têm empreendido pesquisas sobre o assunto, bem como o diálogo entre eles. Essa seção constitui-se os resultados e discussão desta pesquisa.

Metodologia

Este trabalho traz uma discussão acerca dos principais enfoques dados a metáfora: o linguístico (tradicional), o interacionista e o conceitual, e das contribuições de estudiosos que se dedicam à temática. Os motivos semânticos que levaram à consideração do problema de investigação se justificam pelo fato de não se conceber o conhecimento a partir de visões isoladas e estanques.

Assim, por entender que “a definição de um objeto não reside na indagação em si, mas no seu esclarecimento e contextualização por meio da teorização que o torna um fato científico construído” (MINAYO, 2012, p. 623), esta análise, que tem abordagem qualitativa e natureza bibliográfica, busca compreender se há no percurso epistemológico sobre a metáfora indícios que sejam capazes de influenciar a sua concepção enquanto recurso linguístico, ao ponto de gerar formas de interpretação diversas e até dicotômicas acerca de sua utilização como estratégia de construção de sentido.

A linguagem é aqui tomada sob a perspectiva de Bakhtin (2006 [1929]; 1997 [1979]). Ou seja, a partir de uma concepção sócio-histórica e ideológica, cujo sentido dos enunciados que produzimos resulta de palavra(s) organizada(s) em meio a elementos situacionais da interação entre os sujeitos. E como signo ideológico, a palavra traz as marcas do *horizonte social* de determinada época e grupo social. A partir desse entendimento, fez-se aqui um panorama sobre

os principais enfoques dados à metáfora, não apenas conceitual, mas também histórico e analítico, por meio do diálogo e síntese entre teóricos, como forma de melhor ancorar os motivos que levam a metáfora a ser encarada sob uma ou outra perspectiva/conceituação.

A metáfora: um panorama conceitual e analítico

O pensamento está vivo em cada metáfora. Mas entre a habilidade cognitiva de identificar analogias metafóricas e a construção de um enunciado metafórico real, o usuário da metáfora leva em conta o meio expressivo de que dispõe e do qual não pode fugir: a sua própria língua. MOURA (2008, p. 198).

O curso das investigações teóricas sobre a metáfora tem sido longo e disperso, já que é grande a diversidade de abordagens sobre o assunto, as quais visam, principalmente, enfoques filosóficos, psicológicos e sociolinguísticos. A depender de qual perspectiva se adote, a metáfora pode ser um fenômeno da *linguagem*, do *pensamento* ou do *discurso* (VEREZA, 2010). Não se pretende, com essa seção, teorizar a metafórica em si, ater-se apenas às teorias linguísticas, defendidas por alguns autores, ou às teorias conceituais, sustentadas por outros investigadores, mas perceber a metáfora enquanto recurso linguístico de construção de sentido, que pode ser advindo dessas duas direções.

Esse é um entendimento de que as teorias se adéquam, em maior ou menor grau, às circunstâncias ou movimentos que fizeram produzir os sentidos. Assim sendo, faz-se aqui um breve estudo sobre os principais enfoques dados a metáfora: o *linguístico* (tradicional), o *interacionista* e o *conceptual*.

A metáfora a partir de um enfoque linguístico: a Teoria Aristotélica

Etimologicamente, o termo metáfora deriva da palavra grega *metaphorá*, junção elementos: *meta*, que significa “sobre” e, *pherein*, com a significação de “transporte”. Em sua essência, a metáfora representaria uma transferência de sentido de um termo para outro, cuja interpretação passa a restringir-se ao nível da linguagem. Os primeiros estudos sistemáticos sobre o assunto datam-se do século IV a. C. e são atribuídos a Aristóteles, o qual sustentava que a metáfora estava vinculada aos domínios da retórica e da poética (AMARAL, 2009; COIMBRA, 1999; FOSSILE, 2011; RICOEUR, 2000).

Na “Poética”, Aristóteles (1965) expõe o seu pensamento sobre a metáfora, afirmando que esta consiste na atribuição de um nome a um referente, sendo que este nome é pertença de um outro referente. Tratando-se, portanto, de uma transposição ou transferência de um nome, propõe quatro tipos de metáforas: gênero por gênero, gênero por espécie, espécie por gênero e analogia. Nas três primeiras categorias, a transferência situa-se ao nível da palavra, ocorrendo uma substituição. Numa classificação actual da linguagem figurativa, a primeira categoria *gênero por gênero* corresponde à metáfora (quer seja nominal quer predicativa); *gênero por espécie ou espécie por gênero* à metonímia e à sínecdoque; na metáfora por analogia, a transferência ocorre de um domínio do conhecimento para outro, não se circunscrevendo estritamente às palavras. (AMARAL, 2009 p. 213).

Coimbra (1999, p. 13/14) afirma que essa transposição do nome tem sido objeto de análise por alguns linguistas, muitos dos quais argumentam que ela pode dar uma falsa ideia do que, realmente, Aristóteles entendia por metáfora. Segundo essa autora, o filósofo via as expressões metafóricas como conceitualmente ancoradas. A pesquisadora corrobora com o pensamento de Amaral (2009), ao sustentar que a metáfora, na argumentação de Aristóteles,

acaba por situar-se não ao nível formal, mas ao nível conceptual, embora seja descrita pela Poética como a transferência de um nome de uma coisa para outra. Essa transferência linguística, segundo a autora, seria motivada por uma relação conceitual - ou de categoria ou da analogia.

Nesse sentido, Amaral (2009) argumenta que há uma imprecisão sobre o conceito da metáfora aristotélica, que pode ter originado um entendimento pouco apropriado acerca do assunto e que isso acabou sendo absorvido pelas diferentes teorias. E se alguns teóricos veem na concepção aristotélica a redução da metáfora à comparação, outros sugerem o reconhecimento do “poder de desvelar relações ou propriedades não visíveis, mas percebidas”, emergentes nas analogias (CAMERON, 2003 apud AMARAL, 2009, p. 214).

Alguns estudos de caráter mais formalista dão maior atenção às informações de cunho etimológico na definição da metáfora e privilegiam as discussões acerca da ideia de metáfora enquanto desvio, substituição e empréstimo, numa categorização nominal. Uma compreensão mais discursiva sobre o assunto, entretanto, aponta que Aristóteles considerou a metáfora sob perspectivas diferentes, a qual se situa não apenas ao nível da palavra, mas estende-se ao domínio de conhecimentos (AMARAL, 2009; COIMBRA, 1999).

Na teoria aristotélica, utiliza-se como base para explicação do significado metafórico o princípio da substituição e da similaridade. Para esses princípios, a metáfora apresenta uma função que “circunscreve-se a um valor estilístico ou ornamental pelo que em discurso é concebida como uma forma indireta de apresentação do significado literal (teoria da substituição) e tem subjacente uma comparação ou uma similaridade entre dois ou mais objetos” (AMARAL, 2009, p. 216). Essa comparação é apresentada de forma condensada ou elíptica (teoria da comparação).

Conforme Vereza (2010, p. 202), Aristóteles nunca propôs uma conceituação clara e sistemática de metáfora. Segundo essa pesquisadora, o que fica da visão desse filósofo é “o estatuto da metáfora como figura de linguagem”, seu *locus* é a linguagem. Isso, segundo ela, implica em que o uso figurado não tem um papel central na produção de sentidos, uma vez que não estabeleceria uma relação direta entre realidade, conceito e palavra, como no sentido literal. Assim, abordar a metáfora como “troca” de uma palavra por outra seria ver a figura como desvio do sentido correto ou próprio de um termo. Como consequência, conforme a autora, a metáfora passa a ser vista como um recurso supérfluo da linguagem, característico do discurso poético ou retórico, não considerados usos sérios da linguagem, por não conterem sentidos legítimos.

Para Bakhtin (1979), desde a antiguidade até o século XIX, os gêneros literários sempre foram estudados pelo ângulo artístico-literário de sua especificidade e não enquanto tipos particulares de enunciados que se diferenciam de outros, com os quais têm em comum a natureza verbal. Esse filósofo afirma também que a especificidade dos gêneros retóricos, a exemplo dos jurídicos e dos políticos, encobria a verdadeira natureza verbal e, portanto, linguística do enunciado. “Estudaram-se também — a começar pelos da Antiguidade - os gêneros retóricos (e as épocas posteriores não acrescentaram nada de relevante à teoria antiga)” (BAKHTIN, 1979, p. 281). Conforme Marcuschi (2000), foi somente com o início dos estudos críticos da linguagem, especialmente no final do séc. XIX, que o problema da metáfora foi deslocado para um leque mais amplo.

Em Genette (1975, apud Vereza, 2010) e em Ricoeur (2000 [1975]), a visão da metáfora como uma figura de linguagem, com função meramente ornamental e literária, é resultante de um processo reducionista a que a retórica foi submetida. Para esses estudiosos, na retórica desenvolvida por Aristóteles, apenas uma das três dimensões propostas pelo filósofo para caracterizá-la foi mantida na “Retórica reduzida”, a *elocutio*¹. Vereza (2010) afirma que o percurso da retórica em direção ao reducionismo representou um processo gradual de apagamento ou esvaziamento dos eixos mais diretamente relacionados aos aspectos lógico-discursivos da retórica, ou seja, a *inventio* e a *dispositio*.

¹ “Os três níveis da retórica propostos por Aristóteles são: *inventio* (formular ideias, buscar as provas para o argumento), *dispositio* (a estrutura discursiva e organizacional do argumento) e a *elocutio* (o “por em palavras”, no eixo sintagmático e paradigmático)” (VOLLI, H. Manual de Semiótica. São Paulo: Loyolla, 2000. p. 233-236; apud VEREZA, 2010, p. 203, nota 9).

Esse processo solidificou-se na Idade Média, dando centralidade à *elocutio*, que é justamente aquela dimensão que abarca o uso do léxico e, principalmente, das figuras da linguagem. Ou seja, a retórica reduzida é a retórica tropológica (dos tropos), e é por meio dela que a metáfora também se reduz ao seu nível puramente linguístico e decorativo (como o próprio termo “figura” parece sugerir). É nesse sentido que podemos concluir que a visão tradicional de metáfora não é aristotélica: o estatuto da metáfora acompanhou o declínio da retórica, e como esta, consolidou-se, por um longo período, em sua versão reduzida (VEREZA, 2010, p. 203/204).

Conforme Ricoeur (2000 [1975], p. 78), desde os gregos, a retórica caminhou para a sua redução à teoria da elocução “por amputação” das partes que ele considera suas “mestras”, que são justamente a teoria da argumentação e a teoria da composição. Esse autor afirma que, da mesma forma, a teoria da elocução (ou do estilo) reduziu-se à classificação das figuras, e essa classificação a uma teoria dos tropos. Essa teoria, por sua vez, teria voltado para a metáfora e para a metonímia, as quais continuariam a reduzir-se à semelhança e à contiguidade, respectivamente.

Ricoeur (2000) acredita ainda que os problemas de entendimento acerca da metáfora tradicional podem ser decorrentes do fato de a mesma estar vinculada à Poética e à Retórica ao mesmo tempo, apresentando-se com a mesma redação em ambos os campos. A metáfora uniu-se a esses dois domínios, “não em termos de discurso, mas em termos de um segmento do discurso, o nome” (RICOEUR, 2000 [1975], p. 25). Esse pesquisador considera esse primado da palavra como “erro” inicial, cuja consequência mais distante seria a redução da metáfora a um simples *ornamento*.

Esse conceito aristotélico de metáfora tornou-se bastante questionado somente no último século, sobretudo, dado ao caráter pressuposto da ausência de cognição e da determinação do significado (ZANOTTO, 1998; FOSSILE, 2011). As teorias que sucedem à visão clássica, por sua vez, surgem ao longo do século XX e divergem entre si. Isso não ocorre necessariamente sobre a relevância da metáfora enquanto recurso da língua, mas, conforme observa Moura (2008, p. 181), “quanto aos papéis desempenhados pelo pensamento e pela linguagem na construção e interpretação de metáforas”. Essas teorias se dividem em duas direções, uma que tem os conceitos como matéria prima para a formação de metáfora e a outra que a toma como sendo inerente à estrutura conceptual do sujeito.

O primeiro caso diz respeito às teorias interacionistas, as quais têm origem dupla: a teoria literária e a filosofia analítica. Nessa situação, a interpretação de uma sentença metafórica é dada pela interação entre os elementos que compõem a sentença. Nela, a linguagem em si mesma não define “a forma que uma metáfora assumirá: a metáfora nasce no uso. E esse uso é regido pelo pensamento” (MOURA, 2008, p. 182). Enquanto que, do segundo caso, ocupam-se as teorias cognitivistas, fundadas, sobretudo, a partir do surgimento da Linguística Cognitiva (doravante LC), que “radicaliza as conclusões [...] da tradição da metáfora como instrumento cognitivo” (MOURA, 2008, p. 183). Nos dois casos, tem-se a presença dos dois elementos, o literal e o tomado metaforicamente.

A metáfora para além do ornamental: a Teoria Interacionista

De acordo com os estudos bakhtinianos, a linguística do século XIX, sem negar a função comunicativa da linguagem, empenhou-se em relegá-la ao segundo plano, como se ela fosse algo acessório. No primeiro plano estava a função formadora sobre o pensamento, independente da comunicação. A função comunicativa acabava por resumir-se à expressão do universo individual do locutor, deduzindo a língua da necessidade quem tem o homem em se expressar, de exteriorizar-se. E apesar de variantes dessas funções, ainda no século XX, permanecia uma “estimativa errada das funções comunicativas da linguagem” (BAKHTIN, 1979, p. 290).

Nesse contexto, uma mudança conceitual introduzida aos estudos da metáfora linguística teria sido realizada pelo pesquisador inglês Ivor Armstrong Richards (1936). Suas pesquisas

levaram a novas perspectivas de interpretação metafórica e serviu de base para a formulação da abordagem interacionista da metáfora. Esse estudioso, ainda que mantendo a metáfora vinculada à retórica, sustenta que o enunciado metafórico possui estrutura intrínseca, que a unidade semântica não é apenas a palavra, mas envolve toda a semântica da frase.

Adepto de uma linha de investigação literária, Richards dedica-se à definição de uma nova retórica, à qual se vincula a teoria da metáfora. Essa nova retórica, ao invés da preocupação com as técnicas de formular *argumentos* e *conflitos*, tende a ser *reflexiva*, ao se estudar o significado das partes do discurso, no intuito de compreender como a linguagem funciona. Para esse pesquisador, os significados (conotação e denotação) não são próprios da palavra, mas dados com base na percepção do ouvinte. É por meio de suas vivências, através da organização das palavras na frase, que o falante decide o significado contido na linguagem escrita ou falada.

Preocupado em tornar a crítica literária menos abstrata e entendida pela maioria dos leitores, Richards propôs que ela pudesse ser mais clara na comunicação de significados, e o fez examinando os processos psicológicos na escrita e leitura de textos literários, o que resultou no reconhecimento de uma semântica da frase, já que “situa a retórica no plano propriamente verbal da compreensão e comunicação” (RICOEUR, 2000, p. 124) e, posteriormente, na descoberta do atributo cognitivo da metáfora. A metáfora é vista dentro das condições concretas de formação dos enunciados, que se realizam no curso da comunicação e são as “unidades reais da cadeia verbal” (BAKHTIN, 1929, 127).

Contemporâneo de Richards, Bakhtin (1929) defende que a significação da enunciação pode ser analisada em um conjunto de significações ligadas aos elementos linguísticos que a compõem. Sua investigação orienta-se para duas direções: no primeiro caso, se refere à investigação da significação contextual de uma dada palavra nas condições de uma enunciação concreta (estágio superior); no segundo caso, é a investigação da significação da palavra no sistema da língua, ou seja, a investigação da palavra dicionarizada (estágio inferior). Richards (1936) menciona essas duas perspectivas como *teoria do discurso* e *teoria da palavra*, respectivamente.

Conforme Bakhtin (1979), o enunciado representa a instância ativa do locutor numa ou noutra esfera do objeto do sentido e se caracteriza pelo conteúdo preciso desse objeto. Nessa perspectiva, o enunciado é dotado de tema, que constitui o estágio superior real de sua capacidade linguística de significar. Por sua vez, “a significação não quer dizer nada em si mesma, ela é apenas um potencial, uma possibilidade de significar no interior de um tema concreto” (BAKHTIN, 1929, p. 134), logo, no interior de um enunciado.

Da mesma forma que Bakhtin, Richards prioriza o sentido do enunciado. E em nome de uma *teoria contextual do sentido*², revela uma compreensão dialógica ao mencionar as trocas que caracterizam as questões contextuais: “somos coisas que respondem a outras coisas” (RICHARDS, 1936, p. 29, *apud* RICOEUR, 2000, p. 125). Ricoeur (2000) observa que o próprio contexto do discurso, sustentado por Richards, é parte de um contexto maior, constituído pela situação de questão e resposta.

Richards rompe com a *teoria da palavra*, cuja definição de metáfora estava centrada na mudança de sentido da palavra (definição tradicional, nominal). Para ele, as palavras são uma parcela do discurso e devem o seu sentido a um fenômeno de *eficácia delegada* (RICOEUR, 2000). Dessa maneira, assume a *teoria do discurso*, edificada sobre a tese da *interanimação de palavras na enunciação*. Essa tese é base de sua *teoria da interpenetração das partes do discurso*³, sobre a qual se edificou a teoria da interação semântica (COIMBRA, 1999; FOSSILE, 2011; AMARAL, 2009; RICOEUR, 2000 [1975]).

Conforme Ricoeur (2000, p.129), em Richards, a metáfora mantém dois pensamentos de coisas diferentes que estão “simultaneamente ativas no seio de uma palavra ou de uma expressão simples, cuja significação é resultante de sua interação”. Com ele, “tem início uma

2 Teoria resumida do “teorema contextual da significação” (RICHARDS, 1936, p. 40, *apud* RICOEUR, 2000, p. 124). Esse teorema permite “entender por contexto as partes ausentes do discurso implicado no sentido das palavras, mas também as situações representadas por esses termos ausentes” (RICOEUR, 2000, p. 132/133).

3 Essa interpenetração é inerente ao “grau de estabilidade das significações das palavras”, ou seja, “dos contextos que são abreviados” (RICOEUR, 2000, p. 126).

longa tradição que separa dois planos na metáfora: o plano conceptual (que relaciona conceitos) e o plano da expressão (as palavras que são usadas para exprimir esses conceitos)", estabelecendo, assim, uma dicotomia entre pensamento e linguagem (MOURA, 2008, p. 182).

Amaral (2009) discute que Black (1993) e Vilela (2002) atribuem a Richards o reconhecimento da essencialidade da metáfora na própria língua, sobretudo, na própria definição de metáfora. Essa essencialidade diz respeito à nova explicação semântica dada ao funcionamento da metáfora, que ocorre a partir da interação, denominada base, a qual se dá entre os dois elementos do enunciado: o literal e o tomado metaforicamente. Esses elementos são designados por Richards como sendo tópico (teor), o termo literal, e veículo (vehicle), o termo figurado (tomada metaforicamente).

A linha de investigação literária defendida por Richards se funde com as pesquisas da filosofia analítica, e é Max Black (1962, 1993) o responsável pela ponte entre os dois campos, o que se dá postulando a metáfora enquanto instrumento cognitivo (MOURA, 2008). Esse pesquisador mantém a dualidade de referência entre dois sujeitos, o figurado e o literal, e sustenta que é da relação entre esses dois elementos que nasce o sentido metafórico do enunciado. A Teoria Interacionista, sustentada por Black (1962; 1993), considera que é a existência dos aspectos cognitivos em interação com os linguísticos que constitui a metáfora. Essa cooperação reflete a principal mudança no processo de interpretação metafórica, que é atribuída a essa teoria enquanto concepção alternativa à tradicional.

Para Black (1993), o significado de uma metáfora interessante é tipicamente novo ou criativo. O pesquisador demonstra grande interesse pelas designadas metáforas ativas ou fortes, cuja discriminação ocorre mediante a sua ênfase e ressonância⁴. A notoriedade para esse tipo de metáfora está na questão de suas implicações serem ricas, porém, não declaradas, o que faz com que seus produtores precisem "da cooperação do receptor para perceber o que está por trás das palavras usadas" (BLACK, 1993, p. 23/ 26). Para esse autor, o falante emprega meios convencionais para produzir um efeito fora do padrão, durante a utilização apenas dos recursos sintáticos e semânticos.

Um aspecto marcante dos estudos de Black é concernente ao próprio funcionamento da metáfora. Para essa explicação, o autor apresenta a noção de sistema de lugares comuns associados, que constitui um conjunto de opiniões e pressupostos. Estes, acrescidos pela comunidade linguística aos usos literais da palavra que governam as regras sintáticas e semânticas, formam um sistema de implicações associadas (convenções e estereótipos) do tema subsidiário ou veículo (e não a base de sua significação lexical corrente) que são projetados sobre o tema primário ou tópico.

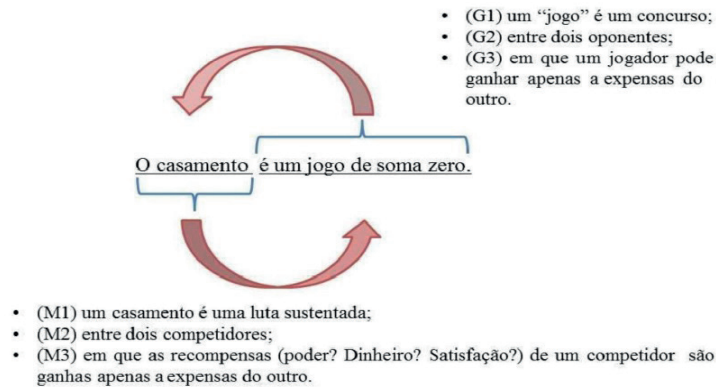
Nesse sentido, Black (1993, p. 27/28) sugere alguns procedimentos para a construção de uma sentença metafórica. Estes implicam (i) identificar os dois assuntos distintos do enunciado, o tema "primário" e o tema "secundário", que ele chama de frame e focus, respectivamente; (ii) considerar o objeto secundário como um sistema, em vez de um coisa individual; (iii) projetar sobre o sujeito primário um conjunto de " implicações associadas ", compreendido no complexo implicativo, que são previsíveis do assunto secundário; (iv) selecionar, enfatizar, suprimir e organizar recursos do assunto principal, aplicando a ele declarações isomórficas (similares) aos membros do complexo implicativo do assunto secundário, e; (v) daí ter-se que, no "contexto de uma instrução metafórica, em particular, os dois assuntos "interagem", da seguinte forma: (a) a presença do assunto primário incita o ouvinte a selecionar algumas das propriedades do assunto secundário; e (b) convida-o a construir uma implicação complexa paralela que possa se ajustar ao assunto primário; e (c) reciprocamente induz mudanças paralelas no assunto secundário.

A visão da interação explicada dessa forma é uma tentativa de explicação da imagem impressionante da *interanimação de palavras* inaugurada por Richards. O resultado dessa interação é naturalmente produzido na mente do falante e ouvinte: são eles que são levados a se

4 Black sugere os termos ênfase e ressonância para orientar o grau de vivacidade da metáfora. Propõe, de um lado, a riqueza das implicações não declaradas e, de outro, o opcional, decorativo e ornamental, estes característicos da metáfora tradicional. Segundo ele, esses são "opostos plausíveis" que asseguram as extremidades entre a metáfora viva e a tradicional (BLACK, 1993, p. 26).

envolverem na seleção, organização e projeção das propriedades ou implicações. Os mecanismos dessa “projeção” são discutidos e ilustrados por Black com o seguinte exemplo: “o casamento é um jogo de soma zero” (BLACK, 1993, p. 28), em que a interação, a partir do complexo implicativo, é construída passo a passo, conforme esquema abaixo:

Esquema 01. Ilustração sobre interação metafórica, segundo Black (1993)



Fonte: Elaboração própria (2017).

Conforme a ilustração, a partir da visão do assunto secundário ou veículo, enquanto sistema, possíveis conotações são encontradas para a expressão jogo⁵ (game), a qual constitui esse assunto secundário: (G1) um “jogo” é um concurso ; (G2) entre dois oponentes e (G3) em que um jogador pode ganhar apenas às expensas do outro. Uma vez levantadas essas conotações, a enunciação metafórica funciona por “projetar sobre” o assunto primário esse conjunto de implicações previsíveis do tema secundário. O sistema correspondente de reivindicações imputadas sobre o casamento⁶ (marriage) depende crucialmente das interpretações dadas a “competição”, “opponentes” e, especialmente, a “vencedor”, e que pode ser: (M1) um casamento é uma luta sustentada; (M2) entre dois competidores e (M3) em que as recompensas (poder ? Dinheiro ? Satisfação ?) de um competidor são ganhos apenas às expensas do outro.

A partir dessas associações e projeções, é que ocorre a interação propriamente dita, quando há o envolvimento do ouvinte no processo de compreensão dos sentidos gerados pela expressão metafórica. Pelo *sistema de lugares comuns associados*, uma leitura possível ou mais próxima sugerida por Black ao enunciado em questão (o casamento é um jogo de soma zero) é dada pelas relações entre os três membros do complexo implicativo (G1-3) e as suas correlacionadas demonstrações sobre o casamento (M1-3). Nesse ponto, o autor admite que o produtor da metáfora pode introduzir um novo, porém, não banal “complexo implicativo”, que adéque ao contexto de uso metafórico.

Fonzi e Sancipriano (1975, p. 3), *apud* Marcuschi (2000) argumentam que a força da metáfora reside no próprio fato de nela se conciliarem pólos diferenciados, fazendo dela “a um tempo mágica e lógica, subjetiva e objetiva, interior e comunicativa”. Essa fusão de pólos diferenciados, que Marcuschi (2000) chama de *fusão de campos semânticos diversos irreduzíveis a relações lógicas*, constitui, segundo ele, a base da metáfora. Esse autor argumenta que nesse modo de operação, as noções de *transposição* e *comparação* típicas da visão tradicional são substituídas pelas de *composição* e *criação*.

Black (1962, p. 287) acredita que o importante para a eficácia da metáfora não é que os *lugares-comuns* sejam verdadeiros, mas que eles sejam “fácil e livremente evocados”. O autor considera que há certa dificuldade em se fazer julgamentos firmes e decisivos a respeito das relações entre os membros do complexo implicativo (atribuído ao veículo metafórico) e as suas

⁵ As conotações para a expressão jogo são sinalizadas como G1, G2 e G3, pelo fato de se referirem à palavra “jogo” em Inglês: game.

⁶ As demonstrações sobre o casamento são sinalizadas como M1, M2 e M3 pelo fato de se referirem à palavra “casamento” em Inglês: marriage.

correlacionadas demonstrações (elaboradas a partir do tópico). Para ele, essa dificuldade está presente em todos os casos de enunciado metafórico e não se pode estabelecer limites firmes para as interpretações admissíveis. A ambiguidade é um subproduto necessário na interpretação da metáfora, por isso é necessário que o ouvinte leia “por trás das palavras” empregadas (BLACK, 1993, p. 29).

Dessa maneira, ao mesmo tempo em que Black admite o sistema de lugares comuns associados, ele ressalta que as metáforas “podem” também ser apoiadas por sistemas de implicações especialmente construídos e de natureza não lexicais, determinadas pelas circunstâncias do enunciado, pensamento e intenções dos interlocutores. Assim, sustenta que a operação metafórica requer que se use um sistema de implicações (um sistema de “lugares comuns” ou um sistema especialmente criado para o efeito), como meio para selecionar, enfatizar e organizar as relações de um modo diferente (BLACK, 1962, p. 293).

O pesquisador admite que há uma inescapável indeterminação na noção de um determinado enunciado metafórico. Por isso, qualquer tentativa em ser mais preciso sobre a identificação e individualização de critérios para interpretações metafóricas enfrenta-se dificuldades, pois uma mesma afirmação metafórica pode receber adequadamente diferentes leituras, até mesmo parcialmente conflitantes (BLACK, 1993). Marcuschi (2000) corrobora com esse pensamento ao afirmar que a metáfora surge no âmbito da linguagem, mas não se prende a ela.

Ao tomar a linguagem como fenômeno social, Marcuschi (2000) também admite a metáfora como algo mais do que um simples fenômeno linguístico de natureza semântica, que deve ser entendida como algo inerente à teoria do conhecimento e que considere a perspectiva histórica do tema. A metáfora não é “um simples recurso linguístico catalogado entre os tropos ou figuras de linguagem”, mas, sobretudo, “um modo específico de conhecer o mundo, que, ao lado do conhecimento lógico-racional, tem sua razão de ser e instaura uma série de valores de outra maneira perdidos ou não-encontrados” (MARCUSCHI, 2000, p. 75).

Nessa perspectiva, a metáfora é, então, um modo novo de conhecer e comunicar o mundo já conhecido. Dessa forma, é “um recurso reestruturador da realidade, criando novas áreas de experiência que fogem ao indivíduo restrito à realidade puramente factual” (MARCUSCHI, 2000, p. 76). Ela “cria uma categoria que junta coisas que, no mundo real, estão bem separadas” (MOURA, 2012, p. 25). Assim, a visão interacionista busca na própria linguagem os recursos e regras que permitem a criação de metáforas e “tem valor cognitivo por trazer à luz (ou mesmo criar) relações que mostrem *como as coisas são*” (MOURA, 2007, p.426).

A Teoria da Metáfora Conceptual (TMC): Lakoff e Johnson

A identificação do aspecto cognitivo na leitura da metáfora e o surgimento de novos mecanismos de conhecimento sobre a cognição levam os norte-americanos Lakoff e Johnson (1980) a considerarem a metáfora como um mecanismo do pensamento e, por conseguinte, do raciocínio. Responsável pela criação de novos sentidos e de novas realidades, a metáfora é como uma projeção mental, um produto primordialmente cognitivo. Para esses autores, a metáfora tem como função estruturar o sistema conceptual formal, o qual determina a maneira como o homem pensa, raciocina e imagina o seu dia a dia. Logo, as experiências individuais, a cultura, a história e a ideologia têm papel primordial na produção das metáforas utilizadas.

De acordo com Moura (2009), a partir de Lakoff e Johnson (1980), foi possível uma distinção entre metáfora conceptual e metáfora linguística, dada a ruptura paradigmática⁷ que vinha ocorrendo desde a década anterior e que colocou em questionamento o enfoque objetivista da metáfora. Para Moura (2009), em Lakoff e Johnson, a metáfora conceptual organiza o modo de *representação* e *categorização* do mundo, enquanto que na metáfora linguística *ter-se-ia a materialização*, em termos *linguísticos*, da *estrutura conceptual subjacente*. Para esta teoria, a linguagem apenas externaliza as metáforas que são estruturadas na cognição.

Ao residir em imagens mentais, a metáfora conceptual estabelece projeções de um *do-*

⁷ Mudança paradigmática que coloca em questionamento o mito do objetivismo (caracterizado pela crença de que todo conhecimento científico deve ser objetivo) em favor de um paradigma emergente, de um novo “modelo” de se fazer ciência, em todas as áreas do conhecimento. (ZANOTTO, 1998, p. 14).

mínio fonte em um *domínio alvo*, permitindo em seguida “a construção e o reconhecimento das expressões metafóricas explícitas linguisticamente” (COIMBRA, 1999, p. 50). Para ilustrar esses domínios, Lakoff e Johnson (1980) usam a metáfora DISCUSSÃO É GUERRA⁸, em que DISCUSSÃO representa o domínio alvo e GUERRA representa o domínio fonte. A projeção funciona por filtrar das propriedades do domínio fonte aquelas que mais se aproximam do domínio alvo, ao qual tais propriedades devem ser associadas. O *domínio alvo* e o *domínio fonte* correspondem ao que na Teoria Interacionista chama-se *tópico* e *veículo*, respectivamente.

Para mostrar como um conceito metafórico pode estruturar atividades cotidianas, Lakoff e Johnson (1980, p. 46) apontam o conceito de DISCUSSÃO e a metáfora conceptual DISCUSSÃO É GUERRA como algo presente na linguagem cotidiana, por meio de uma variedade de expressões, como: “seus argumentos são indefensáveis”, “suas críticas foram direto ao alvo”, “você não concorda? Ok, atire! Ok, ataque!”, “ele derrubou todos seus argumentos”, “jamais ganhei uma discussão com ele”, etc. Com esses exemplos, os autores esclarecem que, embora não haja batalha física, há uma batalha verbal que reflete na estrutura de uma discussão.

Outro exemplo de metáforas estruturais bastante discutido por Lakoff e Johnson (1980, p. 54/55) é o caso da *metáfora do canal*⁹, que “apresenta metaforicamente a língua como uma conduta que possibilita a transferência de elementos do repertório de um falante para outro” (COIMBRA, 1999, p. 46). Essa *conduta* é exemplo de como a linguagem sobre a própria linguagem é estruturada por metáforas mais complexas, como: IDEIAS (OU SIGNIFICADOS) SÃO OBJETOS, EXPRESSÕES LINGUÍSTICAS SÃO RECIPIENTES e COMUNICAÇÃO É ENVIAR.

Essas metáforas mostram que, no ato da comunicação, o falante coloca ideias (objetos) dentro de palavras (recipientes) e as envia (por meio de um canal) para um ouvinte que retira as ideias-objetos das palavras recipientes. Algumas expressões são representativas desse tipo de metáfora, como: “é difícil *passar* aquela ideia *para* ele”, “eu lhe *dei* aquela ideia”, “é difícil *por* minhas ideias em palavras”, “a frase está *sem* sentido” etc. Assim, os autores mostram que a *metáfora do canal* é uma maneira bastante convencionalizada de se pensar sobre a linguagem.

Essa teoria defende que a metáfora é um fenômeno inerente à experiência e à ação humana, não é somente um recurso literário, mas é um recurso que exerce uma função primordial no nosso sistema conceitual e na linguagem diária. Seus autores sustentam que as *expressões metafóricas* são utilizadas para externar os conceitos metafóricos, os quais são denominados metáforas conceptuais. Essas metáforas conceptuais são vistas como imagens mentais (o pensamento metafórico propriamente dito) que apresentam diferentes formas de realização no nível linguístico.

Lakoff e Johnson (1980, p. 47/48) afirmam que “a essência da metáfora é compreender e experienciar uma coisa em termos de outra”. Ao se pensar na metáfora DISCUSSÃO É GUERRA, vê-se que discussões e guerras são coisas totalmente diferentes, e igualmente diferentes as ações a elas correspondentes, mas DISCUSSÃO é parcialmente estruturada, compreendida, realizada e tratada em termos de GUERRA. Assim, tanto o conceito, quanto a atividade e a linguagem são metaforicamente estruturados. Essa estruturação ajuda a compreender como as expressões metafóricas ocorrem sistematicamente, uma vez que o conceito metafórico e a linguagem usada para falar sobre certos aspectos desse conceito também são sistemáticos. Entretanto, advertem que a estruturação envolvida nesse processo é apenas parcial e não total, pois um conceito não é, de fato, o outro, mas *entendido em termos* do outro.

Os autores destacam três modalidades de metáforas: as *estruturais*, responsáveis por estruturar metafórica e parcialmente um conceito em termos de outro (conforme explicitado anteriormente); as *orientacionais* e as chamadas *metáforas ontológicas*. As metáforas *orientacionais* são responsáveis por organizar todo um sistema de conceitos em relação a outro. São assim nomeados porque a maioria deles tem a ver com a orientação espacial do tipo: para

8 Lakoff e Johnson (1980) sugerem que metáforas conceptuais devem ser grafadas com letras maiúsculas. Enquanto as expressões metafóricas que sustentam tais metáforas devem ser grafadas com letras minúsculas (FOSSILE, 2011, p. 50, nota 20).

9 Conduit metaphor é fruto de pesquisas desenvolvidas por Michael Reddy, que documentou essa metáfora com mais de cem tipos de expressões em inglês, as quais representariam, para ele, 70% das expressões que usamos para falar sobre a linguagem (LAKOFF e JOHNSON, 1980, p. 54).

cima – para baixo, dentro – fora, frente – trás, em cima de – fora de, fundo – raso, central – periférico.

Essas orientações metafóricas têm uma base na nossa experiência física e cultural. Elas nos dão um conceito e uma orientação espacial, como por exemplo: FELIZ É PARA CIMA – TRISTE É PARA BAIXO. O fato de o conceito FELIZ ser orientado PARA CIMA e TRISTE ser orientado PARA BAIXO leva à compreensão de expressões como: “estou me sentindo para cima”, “meu astral subiu”, “estou me sentindo para baixo” ou “eu cai em depressão”, dentre muitas outras.

Os autores dessa teoria creditam que existe uma sistematicidade externa geral, ligando várias metáforas de espacialização, o que gera coerência entre elas. “BOM É PARA CIMA dá uma orientação PARA CIMA para o bem-estar geral, orientação coerente com casos especiais como FELICIDADE É PARA CIMA, SAUDE É PARA CIMA, [...] ESTATUS É PARA CIMA é coerente com CONTROLE É PARA CIMA” (LAKOFF e JOHNSON, 1980, p. 65).

O terceiro tipo de metáfora de que trata a TMC são as metáforas *ontológicas*, também chamadas de metáforas de entidade ou de substância. Estas permitem ao indivíduo lidar racionalmente com as suas experiências sobre o mundo, uma vez que compreender “experiências em termos de objetos e substâncias permite-nos selecionar partes de nossa experiência e tratá-las como entidades discretas ou substâncias de uma espécie uniforme” (LAKOFF e JOHNSON, 1980, p. 75). A experiência humana com substância e objetos físicos (especialmente com o próprio corpo) fornece a base para uma variedade desse tipo de metáforas, que resulta em formas de se conceber eventos, atividades, emoções, ideias, etc. como sendo entidades e substâncias.

Uma vez identificadas experiências como entidades ou substâncias, pode referir-se a elas, agrupá-las e qualificá-las, assim, raciocinar sobre elas. Temos um exemplo disso em INFLAÇÃO É UMA ENTIDADE, gerado a partir da experiência do indivíduo com relação a preços. Essa experiência pode ser vista metaforicamente como uma entidade por meio do substantivo *inflação*, gerando a metáfora em questão, a qual fornecerá meio de referir-se a experiências, como: “precisamos *combater a inflação*”, “a *inflação* está nos *colocando* num beco sem saída”, “comprar terra é a melhor maneira de se *lidar com a inflação*”, “a *inflação* está *abaixando* o nosso padrão de vida”, dentre muitas outras. “Conceber a inflação como uma entidade permite referirmo-nos a ela, quantificá-la, identificar um aspecto particular dela, vê-la como uma causa, agir em relação a ela” (LAKOFF e JOHNSON, 1980, p. 77).

Esses pesquisadores ressaltam que as metáforas ontológicas são naturais e onipresentes no pensamento, da mesma forma que as orientacionais, servem a uma variedade de objetos – referir-se, quantificar, etc. Entretanto, a maioria dessas expressões não é sequer percebida como sendo metafóricas. Lakoff e Johnson (1980, p. 79) advertem que “conceber alguma coisa não física como uma entidade ou substância não permite ao indivíduo compreendê-la muito” e indicam que essas metáforas podem ser melhor elaboradas.

As metáforas ilustradas aqui, de acordo com Lakoff e Johnson (1980, p. 80), especificam diferentes tipos de objetos e dão distintos modelos metafóricos de como o homem pensa, isso permite o enfoque de diferentes aspectos da experiência mental. A razão disso, segundo os autores, é que metáforas desse tipo são uma parte do modelo de mente que se tem em nossa cultura, em função do qual é possível pensar e agir. Assim, na TMC de Lakoff e Johnson (1980, p. 358), “percebemos e experienciamos uma boa parte do mundo”, por meio de metáforas. Para essa teoria, a metáfora é como um dos cinco sentidos, só se pode decifrá-la por meio de outras.

Metáfora e dinâmica do conhecimento: uma breve reflexão

A literatura consultada sobre a metáfora mostra que, durante toda a sua trajetória, foram muitos os estudos que contribuíram com relevantes conceituações e/ou problematizações sobre o assunto, ao ponto que este passou a fazer parte do escopo de diferentes áreas do conhecimento. Na área da Psicolinguística, investigações acerca da metáfora representam empenhimento científico que se tornou possível, sobretudo, a partir do último século, embora a indagação sobre o assunto remonte a Aristóteles. Ainda que o filósofo não tenha formulado

uma teoria sobre metáforas, é reconhecida a supremacia que atribuiu ao fenômeno, com sobreposição deste recurso a outros aspectos linguísticos, como a comparação e demais figuras de linguagem (AMARAL, 2009; FOSSILE, 2011; RICOEUR, 2000 [1975]).

Para que a metáfora pudesse deixar de ser entendida como uma extensão do sentido literal ou apenas como figura de linguagem e de retórica e passasse a ser compreendida como fenômeno cognitivo, ou pertencesse ao lócus do pensamento e do discurso, foi necessário que a função comunicativa da linguagem aliada à descoberta dos processos conceptuais e de categorização do conhecimento tivesse espaço reconhecido. Isso se deu graças ao início dos estudos críticos da linguagem, especialmente no final do século XIX, depois com a Filosofia Analítica (MARCUSCHI, 2000, p. 80) e, mais recentemente, com a Linguística Cognitiva.

À medida que a língua vai assumindo o seu caráter cultural, histórico, social e cognitivo, sensível ao seu contexto e manifestante no seu funcionamento (MARCUSCHI, 2008), a metáfora vai revelando novas maneiras de construção de sentidos. Nesse espaço, a metáfora ganhou corpo enquanto fenômeno do pensamento e do discurso, processos que implicam o raciocínio inferencial, os quais não poderiam existir, se não à luz das Ciências Cognitivas¹⁰ (GIBBS, 1994, 2008, *apud* AMARAL, 2009; GLUCKSBERG, 2001, 2008, *apud* AMARAL, 2009; LAKOFF e JOHNSON, 1980; VEREZA, 2010; ZANOTTO, 2014;; MARCUSCHI, 2000, 2008; MOURA, 2008).

Para Ciapuscio (2003), há uma valorização e redefinição na maneira de apreciar a metáfora que estão relacionadas com (i) o como têm sido interpretados os processos do conhecimento humano, os quais resultam nas diferentes maneiras de como a metáfora tem sido conceituada nas diferentes correntes filosófico-linguísticas, e, (ii) o papel da Linguística Cognitiva, de construção de novos modelos de reflexão sobre a língua, suas categorizações e interface linguagem/pensamento.

Assim, há, na tradição clássica, um entendimento da metáfora enquanto categoria linguística de teor subjetivo ou literário apenas. Em oposição a isso, desenvolveu-se uma noção de racionalidade e de objetividade idealizadas sobre os processos de conhecimento, que deveriam ser interpretados literalmente. Esse pensamento prevaleceu até meados do século passado, quando se tornou consenso o reconhecimento da dimensão cognitiva da metáfora. A metáfora, então, passa a ser vista sob diferentes perspectivas, e sua conceituação depende de qual abordagem teórica que se adote. As mudanças de conceituação, conforme Ciapuscio (2003), seguem algumas linhas de reflexão importantes para o processo de ensino e de aprendizagem dessas questões linguísticas, como (i) a metáfora na concepção do discurso clássico, (ii) a metáfora na concepção tradicional da ciência, (iii) *a metáfora na linguística cognitiva: a concepção experiencial*, e (iv) *a metáfora nas novas concepções do discurso científico*.

De acordo com essa pesquisadora, o fato de a metáfora se tornar, no *discurso clássico*, um recurso que supõe uma analogia implícita, em que os elementos relacionados metaforicamente apenas substituíam entre si, ajudou a instituir a concepção da metáfora como “ornamento linguístico” dos textos. Dessa forma, consolidou-se a ideia de que a metáfora era um recurso que não apresentava clareza de significado e por isso não se ajustava estritamente à realidade. Em função disso, também não servia à *concepção tradicional da ciência*, já que para esta, segundo Ciapuscio (2003), o mundo é constituído por objetos que possuem propriedades inerentes e independentes das pessoas que interagem com eles. Logo, a língua da ciência deveria encaminhar-se para o lado dos objetos e em oposição ao estilo tradicional, marcado pela retórica e sua por visão persuasiva.

Assim, estruturou-se a concepção de oposição radical à metáfora, como protótipo da potencialidade manipuladora da língua, a qual precisava se fundamentar numa visão epistemológica da ciência e do conhecimento humano de raiz basicamente objetivista. Ciapuscio (2003) afirma que isso requeria um instrumento linguístico que fosse transparente e que, na medida do possível, não fosse notado. Assim, a ideia de que as metáforas seriam conotações desnecessárias e interpretações subjetivas, e, por isso, não deviam ter lugar nos textos da ci-

10 Ciência Cognitiva é área interdisciplinar de estudo do conhecimento humano que abrange a filosofia, a psicologia e a neurociência. Essa Ciência surgiu entre as décadas de 1960 e 1970, e estuda aspectos da cognição humana que podem se relacionar ou sobrepor-se a essas disciplinas. Esse advento foi responsável pelo surgimento da Linguística Cognitiva, a partir da década de 1970 (MOSCHEM, 2011).

ência, ou nos textos argumentativos e informativos.

Essa autora afirma que foi com o advento da LC, que essa concepção de linguagem começa a ser desacreditada e o valor cognitivo da metáfora ganha corpo. A partir desse período, diferentes escritos filosóficos e linguísticos passaram a compreender a metáfora, explicitamente, como um recurso que concebe conhecimento, ou como um instrumento de conhecimento. Vista dessa maneira, a principal mudança da concepção de metáfora é o reconhecimento do seu atributo cognitivo.

Ciapuscio (2003) defende que essa é uma concepção experiencial da metáfora, a qual sustenta que o pensamento metafórico pode apresentar novas realidades, ao destacar alguns traços e ocultar ou obscurecer outros. Essas são as metáforas criativas, compreendidas na visão interacionista de Black (1962; 1993), como metáforas vivas, fortes ou ressonantes, que esse pesquisador considera como inerentes ao texto. Ciapuscio (2003) explica que essas metáforas funcionam como instrumento indissociável não só da criação artística, mas também da atividade científica. São as metáforas esperadas nas novas concepções do discurso científico, que reconhece a estreita relação entre linguagem e dinâmica social. Essa dinâmica é responsável pela alteração substancial das ideias sobre a língua e sobre os textos científicos, os quais exerceram papel importante nos estudos linguísticos sobre tal modalidade de discurso.

De acordo com Ciapuscio (2003), o atributo cognitivo-criativo da metáfora permite à compreensão do conteúdo conceitual, ao estabelecer associações com a realidade contextual. Seu valor para a explicação de temas científicos vai além do estritamente verbal, possibilita também uma imagem mais precisa daquilo que é compreendido. Essa autora sustenta que esse aspecto visual da metáfora se apresenta de maneira bastante didática no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que permite ao público não especializado conceituar fenômenos excessivamente técnicos ou abstratos mediante associações com objetos e aspectos do mundo cotidiano.

Foi possível perceber, ao longo desse percurso da metáfora, através das leituras realizadas sobre diferentes reflexões a respeito desse tema, que alguns pensadores ou teorias dedicadas a explicar o fenômeno foram e são ainda questionados e/ou relativizados. Porém, todos eles trazem (em maior ou menor grau) contribuições, que são importantes e devem ser consideradas na busca do conhecimento a respeito desse recurso linguístico, visto que a apreensão de qualquer forma de conhecimento requer que os circunstanciamentos sejam considerados.

Nesse sentido, é necessário que “entre a habilidade cognitiva de identificar analogias metafóricas e a construção de um enunciado metafórico real”, o usuário da metáfora leve “em conta o meio expressivo de que dispõe e do qual não pode fugir: a sua própria língua” (MOURA, 2008, p. 198). Quanto à dicotomia existente entre as tradições de estudo da metáfora, no que diz respeito aos papéis desempenhados pelo pensamento e pela linguagem na construção e interpretação de metáforas, Moura (2008, p. 181) argumenta que ela não deve ser encarada como pólos excludentes, “mas como relações entre os pólos”

Considerações Finais

A partir dos teóricos revisitados e do entendimento sobre o longo caminho que a metáfora percorreu, é possível perceber que existe uma tradição clássica, que mesmo tendo-a permitido como algo ancorado e estando ela, além da Poética, vinculada também à Retórica, atribuía-lhe caráter nominal. Isso quer dizer que, nesses dois domínios, ela estava representada apenas como segmento do discurso, o nome.

Esse fato, talvez não fosse suficiente para trazer essa concepção de metáfora nominal até a atualidade. Mas a supremacia, por muito tempo, desses domínios aos quais ela esteve vinculada talvez o seja. Tais indícios se observam pela ausência de questionamentos profícuos a esse respeito, de Aristóteles à atualidade. Mesmo quando Richards reconheceu a semântica da frase e propôs a Retórica reflexiva, em sua crítica literária, no início do séc. XX, sugeriu um novo conceito de metáfora, sem pretensão de desvinculá-la do domínio retórico. E como objeto de estudo da filosofia analítica, a metáfora permaneceu com seu caráter nominal, embora reconhecido também o seu atributo cognitivo.

Assim, a metáfora nominal não chegou a ser fortemente questionada, nem mesmo pela concepção tradicional da ciência, que a considerou um recurso apenas de textos literários, nem mesmo pela TMC, no final do último séc. Assim, não há explicação conceitual dicotômica de base epistemológica sobre a metáfora, mas há em sua construção a consideração de papéis desempenhados pela linguagem (nominal) e pelo pensamento (cognitivo). É a relação entre ambos que dá conta das inferências de nível sócio-discursivo.

Referências

AMARAL, Rosa Maria Baptista. **A metáfora na compreensão e interpretação do texto literário**. 2009. Tese (Doutorado em Psicolinguística). – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/19276> Acesso em setembro/2021.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução feita a partir do francês, por Maria Emsantina Galvão G. Pereira. Revisão da tradução Marina Appenzellerl. São Paulo Martins Fontes, 1997 [1979].

_____. /VOLOCHÍNOV. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 12ª Edição – 2006 [1929]. Disponível em: http://www.fecra.edu.br/admin/arquivos/MARXISMO_E_FILOSOFIA_DA_LINGUAGEM.pdf Acesso em mar. 2017.

BLACK, Max. **More about Metaphor**. In: ORTONY, Andrew. (Ed). *Metaphor and thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

_____. **Metaphor**. In: _____. **Models and metaphor**. Ithaca: Cornell University Press, 1962, cap. 3. Disponível em: <https://books.google.com.br/>Acesso em: 10-2015. Acesso em set. 2017.

CIAPUSCIO, Guiomar E. **Metáforas e ciência**. Revista *Ciencia Hoy*, volume 13, nº 76, ago/set 2003, pp. 60-66. Trad. Lourdes Grzybowski. Disponível em: www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/fisica/0005.html Acesso em out. 2017.

COIMBRA, R. L. **A linguagem metafórica**. 1999. 603 f. Tese (Doutorado em Letras/Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Letras/Linguística, Universidade de Aveiro, Aveiro, 1999. Disponível em: www.sweet.ua.pt/rlcoimbra/documentos/1999_RLCoimbra.pdf Acesso em set. 2021.

FOSSILE, Dieysa Kanyela. **O significado aspectual na interpretação de metáforas verbais**. 2011b. Tese (Doutorado em Letras/Linguística). – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/95998> Acesso em jun. 2017.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metaphors we live by**. Chicago/ London: The University of Chicago Press, 198

MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. Editora Parábola, São Paulo, 2008.

_____. **A propósito da metáfora**. Rev. Est. Ling., Belo Horizonte, v.9, n.1, p.71-89, jan./jun. 2000. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/viewFile/2319/2268> Acesso em mar. 2017.

MINAYO, Maria C. de Souza. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. Ciência e saúde coletiva, v. 17, p. 621 – 626, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org/pdf/csc/v17n3/v17n3a07> Acesso em set. 2017.

MOSCHEM, Marcela de Almeida. **Riobaldo e Diadorim - um estudo dos esquemas de imagem dentro do cenário criado pela metáfora da travessia**. 2011. Tese (Doutoramento em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, do Departamento de Linguística da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, São Paulo. Disponível em: www.repositorio.unesp.br/handle/11449/103543?show=full Acesso em out. 2017.

MOURA, Heronides Murílio de Melo. **Relações paradigmáticas e sintagmáticas na interpretação de metáforas**. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, v. 7, n. 3, p. 417-452, set./dez. 2007. Disponível em: www.linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem Acesso em set. 2021.

_____; PEREIRA, I. **Máquinas e mentes: interpretando a metáfora**. *Working Papers em Linguística*. v. 9, n. 1, p. 81 – 99. Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/.../article/.../1984-8420.2008v9n1p8> Acesso em set. 2021.

_____. **Vamos pensar em Metáforas?** Editora Unisinos, São Leopoldo, 2012.

RICOEUR, Paul. **A metáfora viva**. Trad.: Dion Davi Macedo. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

VEREZA, Solange C. **O Locus da Metáfora: linguagem, pensamento e discurso**. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Letras e cognição*. 2010. Disponível em: www.uff.br/cadernosdeletrasuff/41/artigo10.pdf Acesso em fev. 2016.

ZANOTTO, M. S. **Metáfora e indeterminação: abrindo a caixa de Pandora**. In: PAIVA, V. L. M. de O. e (Org.). *Metáforas do cotidiano*. Belo Horizonte: Ed. do Autor, 1998, p. 13-38. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000030&pid Acesso em set. 2021.

_____. **As múltiplas leituras da ‘metáfora’: desenhando uma metodologia de investigação**. *Signo*. Santa Cruz do Sul, v.39,n. 67,p. 3-17, jul./dez. 2014.

Recebido em 15 de setembro de 2021.

Aceito em 08 de novembro de 2021.